

Ulysses e Couto (C), após a leitura da mensagem, que não sensibilizou os parlamentares

## Executivo e Legislativo pregam entendimento para vencer crise

BRASÍLIA — Finalmente, Executivo e Legislativo adotam a mesma linguagem e revelam a disposição de pôr fim ao conflito entre eles. "Aprendi no Congresso, onde formei minha personalidade política, que a defesa ou condenação de idéias não são obstáculos à convivência civilizada", disse o presidente José Sarney. O presidente do Senado, Humberto Lucena propôs: "Que todos contribuam para o desarmamento dos espíritos, não permitindo que a paixão nos perturbe nessa tarefa de construção institucional do nosso futuro".

O pensamento de Sarney chegou ao Congresso por ocasião da sessão solene de instalação do segundo ano da atual legislatura. O chefe do Gabinete Civil, ministro Ronaldo Costa Couto, que levou a mensagem presidencial, ouviu Lucena fazer, num discurso de dez páginas, veemente apelo a um "mutirão cívico" para terminar com o conflito.

"O verdadeiro teste de uma democracia consiste na firmeza com que defendemos nossos princípios e na capacidade que demonstramos para tolerar a força com que nossos adversários defendem suas convicções", disse o presidente. No entender dele, o compromisso de respeito ao conflito é uma "petição de boa vontade" e não uma forma de acirrar os ânimos. "O respeito à divergência visa a entendimento e não ao impasse pelo aprofundamento permanente dos conflitos", afirmou Sarney.

**Frieza** — O presidente da Constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, não discursou mas foi aplaudido de pé pelo plenário, quando Humberto Lucena o apontou como "o grande timoneiro da democracia a quem prestamos, por um dever de justiça, a homenagem do Congresso Nacional". E propôs a todos que correspondessem ao apelo de permanente presença em Brasília, feito por Ulysses, "para que possamos promulgar logo a Constituição que há de conciliar o Estado com a Nação".

Os parlamentares presentes receberam com frieza o pensamento presidencial. Em nenhum momento, Costa Couto, que leu a mensagem, foi interrompido por aplausos. Ao final, poucas palmas, formais. Pouco depois, Lucena entusiasmou o plenário ao declarar que "não pode nem deve o governo interferir na Assembléia Nacional Constituinte", salientando em

seguida que este é também o pensamento do presidente Sarney.

**Pacto** — O presidente do Senado afirmou que a crise por que passa o país é fundamentalmente econômica, disse que cabe aos políticos reverter o quadro dominante de descrédito, e lançou a proposta de um grande pacto entre o governo e as forças políticas.

A idéia de Lucena não entusiasmou o ministro da Justiça, Paulo Brossard. Mais tarde, no coquetel que se seguiu à sessão solene, ele comentou: "O presidente fez várias vezes essa proposta à Nação e não houve resposta".

Costa Couto, que, em vez de participar do coquetel, se reuniu por 40 minutos com Ulysses, no gabinete da presidência da Constituinte, declarou: "A Constituinte será o grande e maior pacto que envolverá toda a Nação".

Ulysses revelou a Costa Couto que as manhãs serão reservadas à sessão do Congresso, onde todos os líderes poderão criticar o governo, e onde a liderança do governo tem espaço regimental para responder.

### Militares, os ausentes

■ Dos ministros militares, o único que compareceu à sessão solene de instalação da legislatura foi o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes. De terno e gravata, o ministro sentou-se à primeira fila, ao lado do ministro da Cultura, Celso Furtado. Ao final da sessão, foi cumprimentado pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do *Centrão*, que registrara a ausência dos ministros militares e perguntou: "Onde está o general Leônidas? (o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves)".

— Ele ficou no Rio para o enterro da esposa do general Reynaldo, mas sua ausência não deve ser notada — respondeu o general Ivan.

— Notada, sim, reagiu Cardoso Alves. — A ausência do ministro não deve ser conotada.

### O que foi feito, segundo Sarney

Em sua mensagem ao Congresso Nacional, o presidente José Sarney destacou os seguintes itens:

■ Os gastos sociais do governo federal já alcançam cerca de 9,5% do Produto Interno Bruto;

■ Prioridade ao desenvolvimento do Nordeste;

■ Criação de 467 mil novas vagas no ensino de 1º Grau, em decorrência da transferência, no ano passado, de CZ\$ 3 bilhões para os estados. Na área municipal, foram alocados CZ\$ 4 bilhões 900 milhões em favor do ensino de 1º Grau, o que possibilitou a criação de outras 841 mil 937 vagas;

■ Só em 1987, segundo o presidente, foram distribuídos 55 milhões de livros didáticos a alunos do 1º Grau, enquanto 25 milhões de alunos se beneficiaram com a merenda escolar;

■ A Caixa Econômica Federal contratou operações de financiamento para o setor de saneamento, no montante de CZ\$ 64 bilhões 300 milhões;

■ Foram financiados, ainda pela CEF, 275 mil moradias;

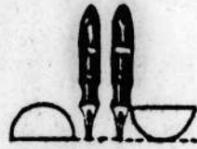
■ O setor de energia elétrica recebeu investimentos da ordem de 2 bilhões 300 milhões de dólares, prioritariamente no Nordeste e Norte;

■ Houve um crescimento real de 4,5% no setor de telecomunicações, em relação a 1986, graças ao investimento de CZ\$ 56 bilhões no Sistema Nacional de Telecomunicações. Cerca de 1 mil 200 localidades passaram a contar com serviço telefônico no ano passado. Os aparelhos destinados ao uso público foram aumentados em 20%;

■ A instituição do vale-transporte beneficiou cerca de 12 milhões de trabalhadores e, até meados deste ano, deverá estender o benefício a mais oito milhões.

## Fraude não apurada fere Constituinte

No passado, foi assim — surpreendidos no ato de fraudar o



voto de colegas ausentes, cinco deputados sofreram o suave e inócuo constrangimento de ser advertidos pela mesa que preside os trabalhos da Câmara Federal. Poderiam ter tido seus mandatos suspensos ou cassados. Dessa vez, nem advertência haverá na medida em que não for oficialmente estabelecida a identidade do parlamentar que fraudou o voto do deputado José Sarney Filho em recente sessão da Constituinte.

A comissão que se encarregou de investigar o episódio descobriu algumas coisas, só não descobriu o mais importante — o culpado. Pelo que apurou, o criminoso votou duas vezes em nome de Sarney Filho sentado em uma das poltronas do plenário da Câmara que sedia as sessões da Constituinte, não no posto avulso de votações que serve ao excedente de parlamentares obrigados a digitarem o voto de pé, à vista de todos. A localização da poltrona permitiu a identificação dos vizinhos do criminoso.

Eram todos do *Centrão* — os deputados Angelo Magalhães (PFL-BA), José Teixeira (PMDB-MA) e Guilherme Afif Domingues (PL-SP). Uma fotografia, do jornal *Folha de S. Paulo*, batida no intervalo ou depois das votações fraudadas, mostra a disposição dos deputados que rodearam o criminoso, confirmando o que já fora apurado pelo exame da folha de votação

fornecida pelo computador da Câmara. Não prova, contudo, que o vulto que aparece de costas na poltrona onde o voto foi fraudado seja, de fato, do fraudador.

Entre uma votação e outra da Constituinte, é intenso o movimento no plenário. Senadores e deputados mais inquietos ou mais envolvidos na articulação de acordos costumam trocar de lugar para conversas, votando ora aqui, ora ali. Só haveria dois caminhos para esclarecer, de fato, quem votou por Sarney Filho que, naquele dia, ficou retido por compromissos no Maranhão: a confissão espontânea do próprio culpado ou a denúncia assumida por uma ou mais testemunhas.

As possíveis testemunhas já desertaram da obrigação de oferecer a denúncia — não viram, não lembram; não anotaram a identidade de quem ali, tão perto delas, ocupou o local do crime. Seria possível acreditar que dizem a verdade se o crime tivesse levado muito tempo para ser descoberto. Mas não: tornou-se público, através do deputado Brandão Monteiro, líder do PDT na Câmara, menos de 15 minutos depois de ter ocorrido. O criminoso, naturalmente, não confessará o crime que poderia lhe custar o mandato.

O vulto misterioso flagrado pela objetiva da *Folha de S. Paulo* se parece, de fato, com o senador Edson Lobão (PFL-MA), amigo e aliado político da família Sarney — mas à falta de provas irretocáveis de que o vulto e o senador correspondam à mesma pessoa e de que essa pessoa tenha sido a que votou pelo deputado José Sarney Filho, é levandade acusar o senador pelo crime, como o fez o deputado Brandão Monteiro. Quando muito, o que se tem no momento é a suspeita de que o vulto é o senador. Só.

Justamente quando votam um documento que irá as assentar as

bases do regime democrático que ora se reconstrói e que determinará os limites do possível e do interdito para os cidadãos, os constituintes aproveitam o episódio do voto falsificado para reforçar alguns falsos valores que eles mesmos, pelo exemplo, deveriam se empenhar em banir. O silêncio que guardam as testemunhas do caso está longe de significar solidariedade com um amigo — significa conivência, cumplicidade com um crime.

A desculpa de que não é correto delatar um colega nada tem a ver com o reseito humano e a compreensão devidos a qualquer semelhante, colega ou não de atividade — tem a ver com o perverso espírito corporativista que será culpado por algumas das deformações da futura Constituição. Com que autoridade, doravante, senadores e deputados poderão cobrar do governo a apuração de irregularidades praticadas no âmbito da gigantesca máquina a serviço do Estado se se mostram incapazes de apurar as ocorridas em seu reduzido, estreito meio?

### Direito de defesa

Está certo o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara Federal, ao reclamar o direito de poder defender o presidente José Sarney e seus ministros em igualdade de condições com os que o criticam no horário da Constituinte reservado aos discursos de lideranças e dos parlamentares em geral. O mais indicado talvez fosse transferir tais discursos para o âmbito das sessões ordinárias da Câmara e do Senado onde as lideranças do governo têm direito assegurado a falar. Reserve-se o tempo da Constituinte para debater e votar a nova Constituição.

Ricardo Noblat